



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

12/01/2019

INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
2. PLANTÃO NO TJMA	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. PRECATÓRIOS	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3 - 6
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL O PROGRESSO.....	7

Dívidas são desafio para governo Dino

Não quitação de fornecedores e credores de precatórios já chega a bilhões e limita a capacidade de investimento do Estado. **POLÍTICA 3**

Dívidas com credores dificultam ações do governo contra crise

“Calotes” em fornecedores e credores de precatórios já chegam à casa dos bilhões e limitam capacidade de investimento do Estado no ano de 2019

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A notícia revelada durante a semana por **O Estado**, de que a Clínica Biorim - que presta serviços de hemodiálise ao Governo do Maranhão no atendimento a pacientes renais crônicos - formalizou denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) por descumprimento de decisão judicial e calote, pode ser uma prévia de uma série de ações das quais a gestão estadual pode ser alvo.

E evidenciam, ainda, as dificuldades financeiras do Estado, o que limita sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, as possibilidades de superação da recessão.

Como a Biorim, o governo deve a dezenas de outros fornecedores, numa conta que só aumenta desde 2014.

Segundo dados do Portal da Transparência, plataforma oficial de informações de receitas e despesas, gastos e contratos da gestão estadual, a atual administração entrou o ano de 2018 com mais de R\$ 807 milhões de restos a pagar - ou seja, débitos não quitados do ano anterior. São quase R\$ 200 milhões a mais que os R\$ 624 milhões de 2017.

Aumento

São valores que só aumentam ano a ano. Em 2015, assim que assumiu o governo, Flávio Dino (PCdoB) recebeu o Estado com restos a pagar da ordem de R\$ 289 milhões. O valor saltou a R\$ 629 milhões no ano seguinte e chegou a cair de 2016 para 2017 - ficando em R\$ 624 milhões.



Divulgação

Apesar das dívidas, governador Flávio Dino (PCdoB) diz que "calote" em fornecedores não é "nada alarmante"

Quatro anos depois, no entanto, o valor do "calote" a fornecedores praticamente triplicou, atingindo os atuais R\$ 807 milhões.

Apesar disso, o governador não se mostra preocupado com os débitos. "Temos algum atraso de fornecedores, mas nada alarmante", declarou ele, em entrevista à Folha de S. Paulo, divulgada no início da semana.

Imposto

Com as dívidas de exercícios anteriores só aumentando, o Estado perde, ano após ano, a capacidade de investimento. E, assim, diminuem também as possibilidades de superar a crise financeira.

Uma saída, então, seria o auxílio do governo federal. Mas a postura beligerante do governador

NÚMEROS

R\$ 807
milhões era o total dos restos a pagar em 2018

R\$ 585
milhões é quanto o governo estima arrecadar, a mais, em 2019, com a cobrança de ICMS

maranhense contra a gestão Jair Bolsonaro (PSL) pode dificultar ainda mais a situação. Para completar, ele mesmo diz não contar

com isso.

"Não faço planejamento contando com novos recursos federais. Não está na minha contabilidade. Se aparecer [o recurso], ótimo [...]", disse, na mesma entrevista à Folha.

Para evitar o pior, Dino conta com o aumento da carga tributária. Em março deste ano, por exemplo, começa a vigorar o recente reajuste de alíquotas de ICMS da gasolina, diesel, biodiesel, bebidas alcoólicas, refrigerantes, dentre outros. O aumento foi sancionado pelo governador no mesmo dia em que fora aprovado pela Assembleia, em dezembro do ano passado.

Só com esse tributo, em 2019, o governo pretende arrecadar R\$ 585 milhões a mais que em 2018. ●

Credores de precatórios pedem sequestro de milhões

Na Justiça, Associação dos Credores de Precatórios no Estado do Maranhão (ACPEMA) diz que o governo não cumpre o Orçamento e pede o sequestro de R\$ 32 milhões das contas do Executivo

Outra grande dívida do Estado diz respeito aos precatórios. Sem condições de pagar o que deve, a gestão estadual convive, desde 2017, com a possibilidade de sequestros judiciais de recursos das contas.

No ano passado, por exemplo, a Associação dos Credores de Precatórios no Estado do Maranhão (Acpema) protocolou no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) um pedido de sequestro de R\$ 32 milhões das contas do Executivo estadual.

Segundo a entidade, apesar de incluídos nos orçamentos de 2014, 2015, 2016 e 2017, os precatórios listados não foram honrados pelo governo.

A Acpema quer ainda que o MP acione o governador Flávio Dino por improbidade administrativa, já que ele não tem feito a reserva de 1/12 da receita corrente líquida para quitar os débitos.

Em 2017, o Estado chegou a ser alvo de sequestro de R\$ 96 milhões, também para pagamento de precatórios. A decisão, do então presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, foi depois revogada por ele mesmo, após um pedido de reconsideração do governo, dias depois de o mesmo desembargador deferir pedido do Executivo para habilitar-se à utilização de depósitos judiciais e administrativos para o pagamento dos precatórios em



Divulgação

Em 2017, o Estado chegou a ser alvo de sequestro de R\$ 96 milhões, também para pagamento de precatórios

que o Estado figura como devedor.

A decisão foi tomada no bojo de um processo administrativo protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) pouco antes

Entidade diz que Estado não cumpre orçamento

de o Judiciário liberar uma lista com 175 alvarás de credores prioritários que já começaram a ser

pagos. No total, eram naquela ocasião 321 beneficiários de precatórios considerados prioritários.

O governo tentou a habilitação para uso dos depósitos no dia 12 de julho de 2017, mas teve o pedido inicialmente negado pela juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro, gestora em exercício da Coordenadoria de Precatórios.

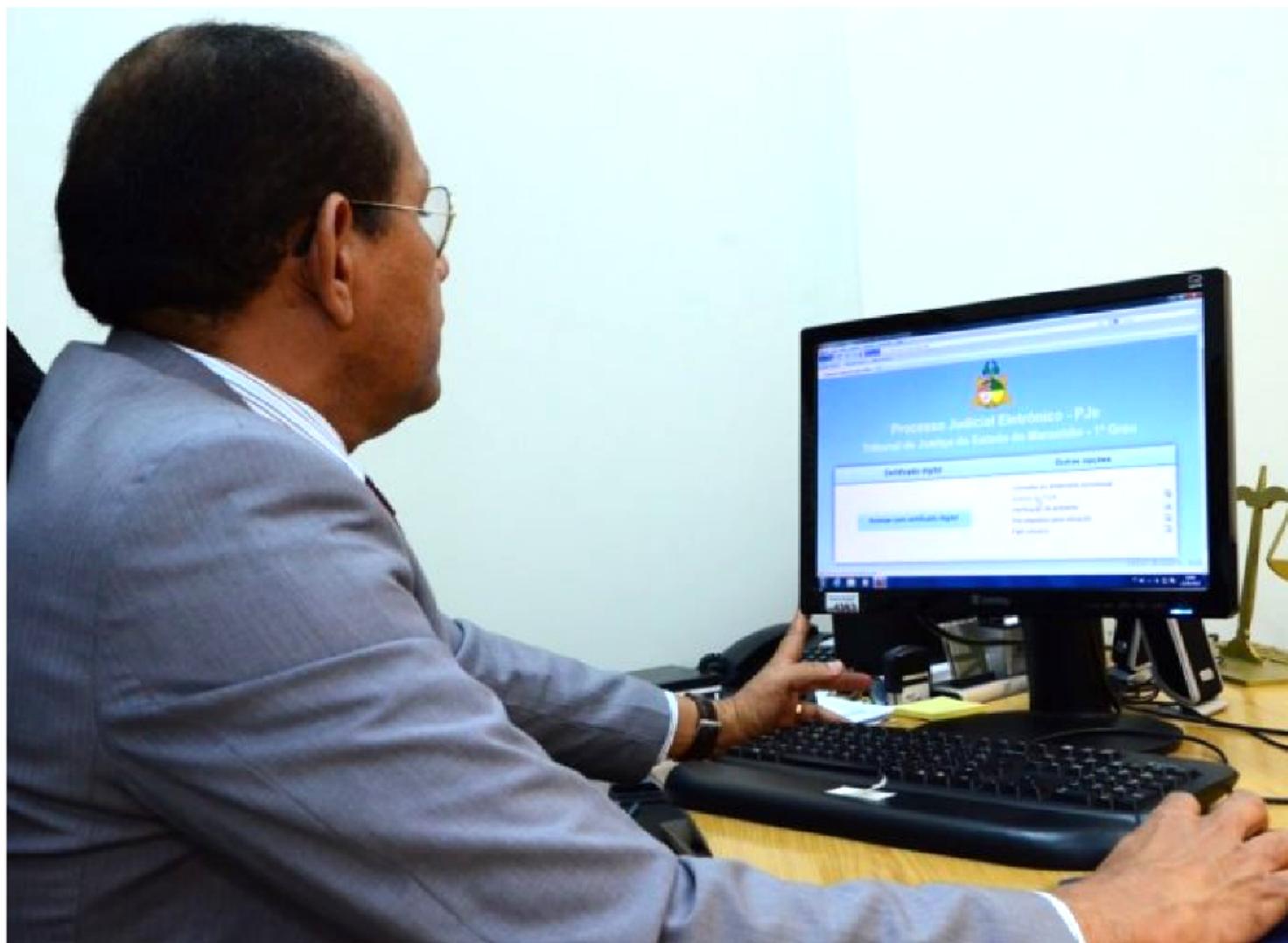
Portaria

O indeferimento inicial se deu por questões formais. Uma portaria do Tribunal de Justiça, publicada no dia 4 de julho daquele ano, definia

uma série de documentos a serem apresentados em caso de solicitação de habilitação para uso dos depósitos judiciais pelo Estado.

Segundo a magistrada, o governo apresentou apenas um deles. "Certidão de lavra da Coordenadora de Precatórios atesta que o Estado do Maranhão instruiu os autos tão somente com o Termo de Compromisso firmado pelo Governador do Estado referente à utilização dos depósitos judiciais", despachou ela. Somente duas semanas depois o governo conseguiu cumprir as exigências da portaria. ●

STF cassa decisão que afastava juiz Clésio



O JUIZ ERA REPRESENTADO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA POR SUPOSTO FAVORECIMENTO A UMA EMPRESA

PEDRO DE ALMEIDA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, cassou em definitivo os efeitos do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em desfavor do juiz maranhense Clésio Coelho Cunha. O juiz era representado pelo Conselho Nacional de Justiça por suposto favorecimento a uma empresa em uma ação de desapropriação de terras movida pelo Governo do Estado do Maranhão.

Em novembro, o juiz entrou com um mandado de segurança dias depois do plenário do CNJ determinar o seu afastamento. Ainda em dezem-

bro, o STF havia suspenso a decisão de afastamento. Agora em caráter definitivo, o STF cassou em definitivo a decisão que afastava o magistrado.

Nesta época, em contato com a reportagem do jornal O Imparcial, o juiz Clésio demonstrou tranquilidade e confiar no trabalho da Justiça. Fez questão de destacar a atuação do Conselho Nacional de Justiça e disse que qualquer magistrado pode ser representado por alguma decisão polêmica. “As pessoas reclamam da minha atuação porque eu sou muito corajoso, processo que ninguém julga, com mais de 20 anos na capital sem julgamento. Diversos processos que trami-

tam nas varas de São Luís que eu ajudei a sanear”, argumentou na época.

Agora, em contato com a reportagem, o juiz Clésio disse que continua confiando na Justiça. “Sempre acreditei na Justiça, nunca critiquei o CNJ ou qualquer órgão da Justiça. Inicialmente a decisão foi desfavorável, mas eu sempre acreditei na Justiça e continuo acreditando. Acredito em Deus e na Justiça”, disse ao **O Imparcial**. Diz também que não tem ressentimento de quem o representou. “Não tenho mágoa de ninguém, não tenho mágoa de quem me representou. Só tenho um agradecimento a Deus muito grande, por ter me restaurado”, disse.

ACII se reúne com nova diretoria da OAB

Iniciativa visa ao fortalecimento da parceria entre as duas entidades



Diretoria da ACII reunida com a recém-eleita diretoria da OAB

A convite da nova diretoria da Subseção Imperatriz da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz - ACII se reuniu, ontem pela manhã, com o órgão representativo dos advogados, com o intuito de fortalecer ainda mais a parceria entre as duas instituições.

Estiveram presentes o presidente da ACII, Guilherme Maia Rocha, o vice-presidente, Edmar de Oliveira Nabarro, a presidente do Conselho da Mulher Empresária, Joçara Felipe de Paula, assim como os diretores Leonardo Leocádio Coelho de Souza, Joey Jacson Viêra, Antonio Torres, Mirella Alves (CME), Gabriela Caroline (Conjove) e João Franco Neto (Conjove).

Na ocasião, os diretores das duas entidades trataram das expectativas da parceria na nova gestão da Subseção da OAB. A presidente da entidade, Marcia Cavalcante de Aguiar, comprometeu-se em estreitar ainda mais o diálogo com a ACII e melhorar a participação do órgão na entidade. "A OAB precisa atuar! Os advogados estão precisando disso! Uma OAB mais itinerante, que interaja com o que está acontecendo. Queremos estreitar parcerias e ser mais abertos à sociedade", destacou.

O diretor para Assuntos de *Marketing* da ACII, Joey Viêra, frisou a relevância da parceria entre as instituições. "A união das entidades fortalece ainda mais as ações em prol da sociedade. Peço a todos que procurem conhecer melhor a ACII para que a gente faça essa parceria caminhar", recomendou.

O presidente da ACII, Guilherme Maia, afirmou que a entidade prioriza parcerias que beneficiem a classe empresarial em função do desenvolvimento da cidade. "Como entidade de classe, buscamos garantir parcerias importantes. Nosso compromisso é este: fortalecer o associativismo e defender a bandeira do empresariado", enfatizou o dirigente empresarial.

O Conselho de Jovens Empresários esteve representado na reunião pelos diretores João Franco e Gabriela Caroline. "Essa parceria é muito importante, pois a sociedade é carente de informação, principalmente informação sobre questões da área jurídica. Portanto, o fortalecimento da parceria só virá a contribuir com a conjugação de esforços na execução de ações que beneficiem a sociedade imperatrizense em geral", avaliou João Franco.

A presidente do CME, Joçara Felipe, destacou o desafio que é fomentar o empreendedorismo feminino na região. Ela salientou que parcerias são necessárias para que sejam ampliadas ações que promovam o conhecimento e o desenvolvimento nos diversos segmentos da economia, educação, saúde, área jurídica e afins.

Ao final da reunião, foi decidido que será redigida pela OAB, em nome das duas entidades, uma carta ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, para lhe solicitar uma audiência com entidades de classe de Imperatriz para um diálogo aberto sobre questões de interesse da sociedade imperatrizense e maranhense.

O estreitamento da parceria entre as duas instituições – ACII e OAB – se pauta pelo propósito de conjugar esforços em prol do desenvolvimento

Desembargador Raimundo Barros é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

O desembargador Raimundo Barros é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (11) até domingo (13), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas são Sílvio R. P. Soares e Thiago Luís S. Fontenelle. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso. No período de 14 a 20 de janeiro, o desembargador Antonio Bayma Araujo responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância. A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em “Plantão de 2º Grau”.

No 1º Grau – Comarca da Ilha – os juízes Wilson Manoel de Freitas Filho (Juizado de Trânsito) e Francisco Ferreira de Lima (juiz auxiliar), respondem, respectivamente, pelos plantões Cível e Criminal. Quem auxilia os magistrados durante o plantão desta semana são as servidoras Cláudia Márcia Amorim (Juizado de Trânsito) e Iolanda Balata (4ª Vara Criminal). O plantão de óbitos deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.